EDITAL Nº 35/2013 DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS, EM UNIDADES MÓVEIS ASSISTENCIAIS

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, com base na Lei Federal nº 8.080/90 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna pública a abertura do credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços oftalmológicos clínicos e cirúrgicos, em unidades móveis assistenciais.

O atendimento deverá ser prestado conforme as condições estabelecidas neste edital e anexos.

1. DO OBJETO

1.1 O presente edital tem por finalidade o credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços oftalmológicos clínicos e cirúrgicos, em unidades móveis assistenciais. O atendimento deverá ser prestado onde a gestão da média e alta complexidade é do Estado de Minas Gerais, priorizando os municípios que não possuem capacidade instalada nem recursos humanos para ofertar serviços oftalmológicos e, não apresentaram pactuação para executar cirurgias eletivas dos procedimentos cirúrgicos eletivos em oftalmologia.

1.2 Também poderão ser ofertados serviços oftalmológicos nos municípios em gestão plena que não tenham apresentados projeto da política nacional de cirurgia eletiva do componente e os serviços oftalmológicos, relacionados no Anexo VI deste edital.

1.3 O credenciamento ofertará a população com os serviços oftalmológicos, relacionados no Anexo VI deste edital, tendo como forma de remuneração pelos serviços prestados, os valores preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.

1.4 A unidade Móvel Cirúrgica deverá estar habilitada a realizar no mínimo 250 cirurgias de Catarata ao dia (facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável, (040405037-2/SUS).

2. DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

2.1 Para credenciamento os prestadores interessados deverão realizar as consultas e os procedimentos consoante o Termo de Referência – Anexo I do presente Edital e obedecer ao disposto neste edital, atendendo a todas exigências contidas neste Regulamento e nos seus anexos.

3. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Para se habilitar ao credenciamento, a entidade interessada deverá apresentar requerimento, em papel timbrado da entidade, assinado pelo responsável legal, solicitando o credenciamento. Deverá conter o número do edital e ser endereçado a SRAS situado à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, 12º andar - estação 120612 – Superintendência de Atenção às Redes de Saúde (SRAS) – Edifício Minas – Bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-900, acompanhado dos documentos abaixo relacionados:

3.1.1. Solicitação de Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II, da empresa credenciada devidamente preenchida, ou digitada e impressa em papel timbrado da empresa, ou que a identifique, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades;

3.1.2 Relação do corpo clínico, constando o número do CPF e registro do profissional no conselho de classe regional respectivo e na especialidade;

3.1.3 Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES e alvará sanitário, caso o CNES seja de outro estado o interessado deverá providenciar o cadastro no Estado de Minas Gerais, no prazo de 30 dias a contar com da data de entrega de documentação.

3.1.4 Nome e número do Banco, número da Agência e conta corrente para crédito dos pagamentos;

3.1.5 Endereço completo, telefone, fax e e-mail da empresa Credenciada;

3.1.6 Documentação solicitada no item 5 deste edital.

3.2 A solicitação de credenciamento deverá ser datada e assinada pelo representante legal, conforme contrato social, e sua apresentação sujeita o proponente integralmente às condições deste credenciamento.

3.3 Os documentos de habilitação serão recebidos para análise no horário das 9h às 12h (horário de Brasília/DF), no prazo de quinze dias corridos, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOE, na Superintendência de Atenção às Redes de Saúde(SRAS), Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, 12º andar – Estação 120612 - - Edifício Minas – Bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-900.

4. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

4.1 A documentação protocolada pela entidade será avaliada no prazo máximo de cinco dias pela Superintendência de Redes de Atenção à Saúde(SRAS).

4.2 A Secretaria de Estadual da Saúde publicará a entidade habilitada para eventual celebração do contrato, no Diário Oficial do Estado – DOE/MG.

4.3 Em caso de mais de uma empresa habilitada, será utilizado como desempate o critério de maior período de experiência, conforme previsão do item 5.3.1 deste edital.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

5.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

5.2.2 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

5.2.3 Prova de Regularidade para com o INSS;

5.2.4 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

5.2.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo Órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da lei.

5.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII -A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

5.3.1 A contratada deve comprovar experiência através do Sistema Oficial do Ministério da Saúde, SIA/SIH/SUS e/ou declaração de órgãos públicos ou entidades privadas comprovando experiência na realização de cirurgias oftalmológicas.

5.3.2 Regularidade com o respectivo Conselho de Classe;

5.3.3 Atestado de Capacidade Técnica comprovando a prestação de serviço da mesma natureza emitido por pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove aptidão para desempenho dos serviços objeto deste edital, datado dos últimos 60 dias;

5.3.4 Para a Comprovação de aptidão de desempenho de atividades pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com os serviços a serem executados, será necessário apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a realização de serviços correspondentes ao estimado de mínimo de 3500 consultas oftalmológicas/mês e de 1500 cirurgias de facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável

5.3.5 Comprovação de cadastro no CNES/MG, nos termos do item 3.1.3.

5.4. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA: COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

5.4.1 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de até 90 (noventa) dias anteriores à data do credenciamento.

5.1 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

5.5.1 Relação de Membros do Corpo Clínico e cirúrgico.

5.5.2 A Empresa contratada deverá apresentar a seguinte documentação relativa aos Médicos:

- a)Curriculum Vitae;
- b)Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- c)Certificados e Registro no Conselho de classe;
- d)Cópia do Diploma; e
- e)Título de especialista

5.5.3 A Empresa, na entrega dos documentos enumerados acima deverá preencher solicitação de inspeção sanitária pela VISA para verificação do cumprimento das normas pertinentes, em vigor, e emissão de licença de funcionamento da empresa e das carretas.

5.2 O INTERESSADO DEVERÁ APRESENTAR, AINDA, AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

5.6.1 Declaração impressa em papel timbrado da Empresa que a Proponente não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na

condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, conforme modelo do Anexo IV;

5.6.2 Declaração de Idoneidade nos termos do inciso III do Art. 88 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo do Anexo V;

5.6.3 Declaração de conhecimento e concordância às condições constantes no Termo de Credenciamento conforme modelo do Anexo VI.

5.7 Os documentos exigidos poderão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente.

5.8 Os documentos obtidos por meio eletrônico ficam dispensados da apresentação do original ou da autenticação por cartório competente, e só terão validade depois de conferida sua autenticidade pelo Órgão licitante, nos termos do art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais regulamentos;

5.9 Todos os documentos exigidos para o credenciamento deverão estar válidos na data da apresentação dos mesmos.

5.9.1 As Certidões ou documentos exigidos neste Edital, que não apresentem expressamente o prazo de validade, deverão ter sido expedidos até 90 (noventa) dias anteriores a data da apresentação dos mesmos, exceto onde exista previsão legal ao contrário.

5.10. Serão consideradas credenciadas, as empresas que atenderem satisfatoriamente a todas as disposições deste item.

5.11. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da proponente, e, preferencialmente, com o nº do CNPJ e endereço respectivo.

5.12. Se a proponente for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

5.13. Se a proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação será efetivada mediante o atendimento do disposto neste Edital e nas normas vigentes, pertinentes à matéria.

7.DA HOMOLOGAÇÃO

7.1 O credenciamento será homologado pela Autoridade Competente no prazo máximo de dois dias úteis, contados da data da avaliação da documentação e apresentação de Alvará pela Vigilância Sanitária.

8. DO PREÇOS E DO PAGAMENTO

8.1 O preço que servirá como contraprestação pecuniária pela realização dos serviços serão os valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS expedida pelo Ministério da Saúde, órgão gestor nacional do SUS, com esteio na competência determinada no art. 26 da Lei Federal nº 8.080/90, sendo critério impessoal e objetivo de referência para todas as entidades gestoras do Sistema Único de Saúde.

8.2 Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

9. DA FONTE DO RECURSO

9.1 Os recursos financeiros necessários e suficientes ao pagamento dos objetos constam do orçamento de Fonte Federal e Estadual SESMG, estando livres e comprometidos como segue:

Atividade: 4326,4328,4182

Fonte: 22.1- Recursos do SUS

10.1 Tesouro Estadual

10. DAS SANÇÕES

10.1 O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº. 8.666/93 e na Lei Federal 8.080/90, ensejará o descredenciamento da entidade.

10.2 A entidade poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada a SESMG, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

10.3 A SESMG poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos credenciados, mas garantindo-se a finalização dos procedimentos terapêuticos em andamento e o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Convocada para assinatura do contrato, a selecionada deverá comparecer para assinatura no prazo máximo de dez dias, não podendo se furtar de prestar os serviços

conforme os valores estabelecidos, ficando esclarecido que a desistência posterior acarretará as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal 8.666/93.

11.2. O Contrato terá vigência de doze meses, vinculado a este Edital e obedecendo ao disposto no art. 55 da Lei Federal 8.666/93, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da mesma Lei;

11.3. A qualquer tempo, poderá a SESMG realizar inspeção das instalações para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnico-operativa;

11.4. Será descredenciada, a critério da SESMG, a qualquer tempo, a entidade que não mantiver as condições exigidas para habilitação durante o curso do contrato, bem como rejeitar qualquer paciente/usuário da Política Estadual de Atenção Oftalmológica, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a conduta adotada, ou ainda, que incida nas causas de rescisão contratual.

12.DOS ANEXOS

12.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;

ANEXO IV– DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA;

ANEXO VI - LISTA DOS PROCEDIMENTOS DOS COMPONENTES I, II,III;

ANEXO VII - ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES COM GLAUCOMA.

Belo Horizonte, 30 de Setembro de 2013.

Antônio Jorge de Souza Marques

Secretário de Estado de Saúde e

Gestor do SUS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO

1.1.O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços oftalmológicos clínicos e cirúrgicos, em unidades móveis assistenciais. O atendimento deverá ser prestado onde a gestão da média e alta complexidade é do Estado de Minas Gerais, priorizando os municípios que não possuem

capacidade instalada nem recursos humanos para ofertar serviços oftalmológicos e, não apresentaram projeto para executar os serviços oftalmológicos, relacionados no Anexo VI da Portaria GM nº 1557 de 31/07/13. Além destes poderão ser ofertados serviços oftalmológicos clínicos e cirúrgicos nos municípios que fazem gestão dos seus próprios prestadores que não tenham apresentado projeto da política nacional de cirurgia eletiva os serviços oftalmológicos, relacionados os serviços oftalmológicos, relacionados no Anexo VI da citada portaria.

1.2. O credenciamento ofertará a população os serviços relacionados Anexo VI deste, tendo como forma de remuneração pelos serviços prestados, os valores preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.

1.3. A unidade Móvel Cirúrgica deverá esta habilitada a realizar no mínimo 250 cirurgias de Catarata ao dia.

2. MOTIVAÇÃO

A necessidade do Estado em prover mecanismos, propor estratégias e desempenhar ações que possam assegurar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços de saúde, conforme definido no Art. 2º § 1º e Art. 17, inciso III, da Lei Federal 8.080/90, priorizando excelência e qualidade dos mesmos para corresponder às expectativas e necessidades da população dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais. Senão vejamos: o Estado de Minas Gerais tem seu território formado por 853 municípios, cuja população total é de 19.597.330 habitantes¹ sendo que 3.221.486 milhões de habitantes encontram-se na região metropolitana.

O desenho de Regionalização da Saúde do Estado de Minas Gerais, conformado no Plano Diretor de Regionalização – PDR é formado por 13 Regiões de Saúde.

Importante destacar que dos 853 municípios do Estado, 76 encontram-se no Comando Único da Gestão Municipal. Essa denominação perante a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS define que nesse nível de gestão o município torna-se responsável pela garantia do acesso do seu munícipe aos serviços de saúde sob sua gestão. Contudo não exclui a responsabilidade do Estado em prover mecanismos, propor estratégias e desempenhar ações que possam assegurar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços de saúde, conforme definido no Art. 2º § 1º e Art. 17, inciso III, da Lei Federal 8.080/90.

Art. 2º “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

§ 1º “O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”.

Art. 17, inciso III - prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”.

Em que pese o Estado de Minas Gerais possuir 853 municípios, é o quarto maior Estado do País em função da sua extensa área territorial, 586.522.122Km². Essa posição é um grande desafio enfrentado pela gestão pública para a garantia de acesso da população aos serviços de saúde.

As características específicas do nosso Estado exigem muitas vezes dos gestores municipais o enfrentamento de situações que nem sempre garantem a efetiva ação na cobertura das necessidades de saúde da população, principalmente no que diz respeito a limitação da oferta de serviços, muitas vezes comprometidas pelos vazios assistências relacionados a ausência de uma estratégia que considere a economia de escala e de escopo para o desenvolvimento de um serviço.

Reconhecer as fragilidades e limitações desses municípios em dar respostas mais efetivas às demandas que aguardam resolutividades para seus problemas de saúde é assumir que o Estado, para além de todos os investimentos realizados na área, precisa apresentar uma nova proposta que venha contemplar a toda a população do Estado de Minas Gerais, independente do Nível de Gestão do Município onde esse usuário reside.

Neste contexto temos a considerar:

O Ministério da Saúde ao longo dos últimos 05 anos vem implementando por meio de Portarias os

mutirões de Cirurgias Eletivas. A Portaria GM/MS nº 2318 de 30/09/2011, redefiniu a estratégia para a ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, que passou a contar com três componentes, com financiamento específico, dentre eles o Componente I – Cirurgias de Catarata.

A Catarata é a maior causa de cegueira curável no mundo. Responde, atualmente, a aproximadamente 48% dos casos de cegueira no mundo, totalizando mais de 17.500.000 pessoas.

A principal forma de catarata é a relacionada à idade, previamente classificada como senil, sendo mais prevalente em países em desenvolvimento e com piores condições econômicas apesar da constatação de que mesmo nos países desenvolvidos ainda é a maior causa de cegueira.

A Catarata relacionada à idade é a opacificação do cristalino sem causa evidente, que acomete pessoas com mais de 50 anos. A incidência de catarata senil na população geral é de 17,6% em pessoas com menos de 65 anos de idade, 47,1% no grupo entre 65 a 74 anos e 73% nos pacientes acima de 75 anos. Calcula-se que existiam, até 1997, cerca de 600.000 cegos por catarata no Brasil, com incidência anual de 20% ou 120.000 novos casos/ano. Com o aumento do número de facectomias estimulado pelas políticas públicas de Prevenção à Cegueiras por Catarata a partir da década passada, estima-se que a prevalência anual seja atualmente de aproximadamente 350.000 cegos por catarata.¹

No Estado de Minas Gerais, segundo IBGE/2010, 4.365.985 da população encontra-se na idade a partir de 50 anos. Desse total 2.311.083 pessoas estão na faixa etária acima de 60 anos, com probabilidade de desenvolver a doença. Nos anos de 2010 e 2011 foram realizadas pelo SUS no Estado de Minas Gerais aproximadamente 50.000 cirurgias de catarata.

Diante do exposto o que aqui se propõe é o credenciamento de serviços oftalmológicos com capacidade de deslocar equipamentos e profissionais para as diversas regiões do Estado, identificadas com vazios assistenciais, levando o mais próximo dessa população consultas oftalmológicas, exames diagnósticos, referente ao aparelho da visão, realizando ainda, cirurgias constando nos componentes conforme Anexo VI, tendo como forma de remuneração pelos serviços prestados os valores preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.

Para o credenciamento do serviço alguns critérios devem ser considerados e adotados como parâmetro de qualidade e capacidade de execução e deslocamento.

3. PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

PRAZO: O prazo de contratação será de 12 meses e o prazo de início da prestação dos serviços será até 10 dias contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei 8.666 de 1993.

LOCAL: a localização da unidade móvel para a prestação do serviço será definida pela SESMG dentre os municípios onde a gestão da média e alta complexidade é do Estado de Minas Gerais, priorizando os municípios que não possuem capacidade instalada nem recursos humanos para ofertar serviços oftalmológicos e, não apresentaram projeto para executar cirurgias eletivas oftalmológicas dos componentes I, II e III da Portaria GM nº 1557 de 31/07/13, constante no Anexo VI deste edital. Além destes poderão ser ofertados serviços oftalmológicos nos municípios que detêm a gestão dos seus próprios prestadores que não tenham apresentados projeto da política nacional de cirurgia eletiva componente I da citada portaria.

FLUXO PARA ATENDIMENTO: conforme normas definidas pelo Ministério da Saúde, o laudo para solicitação de procedimentos oftalmológicos que exigirem Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC) deverá ser emitido pelo profissional executante do atendimento cujo cadastro no SCNES deve estar atualizado e vinculado ao CNES da unidade móvel assistencial constando: marcação de profissional SUS e carga horária ambulatorial.

O laudo deverá ser previamente autorizado por profissional da área de saúde, de nível superior, designado pelo gestor estadual ou municipal devidamente treinado e com conhecimento das normas específicas dos procedimentos a serem autorizados.

Os autorizadores designados pelo gestor devem ter vínculo público, não devendo ter vínculo apenas com hospitais privados ou filantrópicos. Não é permitido que o profissional que solicita a APAC seja o autorizador dessa APAC.

A numeração de APAC será liberada pela DIS/SPA/SUBSREGS/SESMG após autorização da SRAS/SUBSPAS/SESMG.

4. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Será designado pela SESMG servidor para acompanhamento e fiscalização do contrato.

5. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1 A digitação da produção mensal no BPA/APAC Magnético e o envio dos arquivos de produção à Regional de Saúde de referência serão de responsabilidade da contratada.

5.2 A solicitação de pagamento pela DIS/SPA/SUBSREGS à SPF/SUBSILS/SESMG ocorrerá após o processamento no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS do Ministério da Saúde, a partir das informações contidas nos arquivos de produção, em meio magnético, que considerará coerência entre a programação, a produção e o faturamento apresentados.

Caso identifique distorções nessa análise, poderá acionar a Auditoria Assistencial, se as supervisões do item 6.7 não forem suficientes para comprová-las.

5.1. O processamento das informações contidas no BPA/APAC obedece a calendário definido pelo Ministério da Saúde e adequado pelos Estados, Municípios e Distrito Federal.

5.2. A produção deverá ser encaminhada a Regional de Saúde referente conforme cronograma pré-estabelecido.

6.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1 Do público alvo:

a) A população prioritariamente a ser atendida é todo cidadão na faixa etária a partir de 50 anos e outros usuários definidos pela SESMG.

6.2. Do acesso do usuário:

a) O acesso aos serviços de oftalmologia da Ação se dará através do encaminhamento estabelecido pela Secretaria Estadual da Saúde que adotará os meios necessários para o fluxo dos usuários.

6.3.Dos procedimentos:

a) A Contratada deverá realizar procedimentos complementares e de diagnose preconizados pela Sociedade Brasileira de Oftalmologia no ato da consulta oftalmológica e no pré-operatório.

b) A contratada deve dispor de Prontuário Eletrônico, que deverá ser de acesso da SESMG. O prontuário deverá ser único, para cada paciente e nele deve ser registrado todo o atendimento realizado (ambulatoriais exames e consultas, procedimentos cirúrgicos adotados, intercorrências, registro de alta).

c) Os procedimentos a serem contratados serão especificados na Ficha de Programação Orçamentária – FPO, devendo ser sistematicamente avaliada e se necessário reajustada considerando parâmetros de produção, série histórica, demandas, que reflita a necessidade da população. A produção efetivamente realizada, registrada no Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), será apurada, por subgrupo ou procedimento, e aprovada, para pagamento, conforme o limite, financeiro e físico, programado para a Contratada.

d) A contratada deve disponibilizar material descartável de uso individual, para atendimento aos pacientes, com exceção do material passível de esterilização em autoclave. Todos os insumos utilizados no atendimento serão fornecidos pela contratada.

e) A Contratada deverá disponibilizar gratuitamente a todos os pacientes submetidos à cirurgia de catarata: Colírio de antibiótico de última geração para uso no pós-operatório e Óculos de proteção com lente escura e fechamento lateral acondicionado em bolsinha de proteção com logomarca do governo do estado conforme padrão definido pela SESMG.

6.4.Do cronograma de atuação da equipe/ execução da ação:

6.4.1 - A estratégia será executada em etapas, levando-se em consideração os locais com os vazios assistenciais e a concentração da população-alvo.

- a) 1ª etapa ; realização das consultas oftalmológicas, com período mínimo de 5 dias.
- b) 2ª etapa: realização dos procedimentos cirúrgicos, com período mínimo de 5 dias, sendo iniciada no terceiro dia das consultas oftalmológicas.
- c) 3ª etapa: avaliação pós operatória (estas deverão constar de 2 consultas, sendo a avaliação pós -operatória imediata em até 48 horas e uma avaliação tardia, 30 dias após o procedimento cirúrgico.

6.5.Da estrutura física

- a) A Contratada deverá dispor de uma unidade móvel cirúrgica e uma unidade móvel ambulatorial;
- b) A unidade móvel ambulatorial deverá ter capacidade de atendimento clínico para quatro pacientes concomitante, dentro dos padrões da ANVISA. Esta unidade deverá contar com os seguintes equipamentos mínimos: Cadeira e Coluna Oftalmológica – 4 unidades, Refrator Grins – 4 unidades, Lâmpada de Fenda – 4 unidades, AutoTonômetro Ocular – 1 unidade, Retinoscópio – 4 unidades, Oftalmoscópio Direto – 4 unidades, Auto Lensômetro – 1 unidade, Projetor ou Tabela de Optótipos – 4 unidades, Lâmpada de Fenda Portátil – 1 unidade, Oftalmoscópio indireto – 1 unidade, Lente de Volke – 4 unidades, Auto-Refrator – 2 unidades, Auto Ceratometro – 2 unidades, Retinógrafo – 1 unidade, Yag Laser – 1 unidade, Ecobiometro de imersão – 2 unidades, Microscópio Especular de Córnea – 1 unidade, Paquímetro – 1 unid e Ultrassom ocular - 1 unidade;
- c) A unidade móvel cirúrgica deverá ter capacidade de realização de quatro cirurgias concomitante, dentro dos padrões da Anvisa, ou seja, ser composta por no mínimo três ilhas cirúrgicas. Cada ilha cirúrgica deverá ser composta com os seguintes equipamentos mínimos: um aparelho de facoemulsificação, um microscópio cirúrgico acoplado a um sistema de vídeo, uma maca cirúrgica e um no break. Esta unidade móvel deverá também portar

Instrumental Cirúrgico na quantidade adequada à demanda diária, Vitreófago - 1 unidade, Laser de Argônio – 1 unidade, Autoclave – 2 unidades, Córdio–Desfibrilador – 1 unidade, Aspirador – 1 unidade, Oxímetro – 1 unidade, Laringoscópio - 2 unidades e Ambú – 1 unidade;

d) Cada unidade móvel deverá se associar (por conta da contratada) a uma estrutura de acolhimento climatizada, com condições de acomodar 300 pessoas sentadas, com bebedouros com água mineral, televisão e terminais de cadastro informatizado para atender pelo menos 4 (quatro) pacientes simultaneamente tanto na unidade clínica quanto cirúrgica;

e) Todas as unidades deverão receber programação visual conforme da Política Estadual de Atenção Oftalmológica gráfico a ser definido pela SESMG e executado pela contratada sem ônus para o governo;

f) As unidades móvel e cirúrgica deverão ter geradores de energia próprios capazes de supri-las na ausência ou falta temporária de energia local;

g)A unidade cirúrgica deverá ser munida de equipamentos específicos para cirurgia de retina, vítreo e catarata que possam ocorrer;

h)O contratado deverá utilizar um prontuário eletrônico para armazenamento de dados de todos os usuários referentes a todos os procedimentos executados, sendo este de livre acesso as autoridades governamentais competentes quanto à fiscalização.

6.6 Dos recursos humanos:

a) A Contratada deverá dispor de diretor técnico responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas, bem como a provisão dos recursos físicos, humanos e materiais exigidos para a execução dos procedimentos contratados;

b)A Contratada deverá prestar assistência na atenção pós-operatória continuada a todos os pacientes submetidos a cirurgias, dando conhecimento ao paciente verbalmente e por escrito, das instruções relativas aos cuidados pós-operatórios;

c) O corpo clínico deverá ser composto por médicos oftalmologistas titulados pelo conselho brasileiro de oftalmologia (CBO), com no mínimo 05 anos de experiência nos procedimentos, sendo composto por no mínimo: 04 clínicos, 03 cirurgiões de segmento anterior, 01 cirurgião de segmento posterior (retina e vítreo), um anestesista, além de especialistas nas sub especialidades de Retina, Vítreo e Glaucoma. A equipe deve contar ainda com no mínimo 1 enfermeiro e pessoal de apoio em número compatível;

d)É necessária a comprovação do vínculo de trabalho entre os profissionais relacionados e a empresa contratada, bem como a comprovação das titulações e registro nos respectivos conselhos de classe.

6.7.Do controle:

a)O Controle consiste em uma das funções que compõem o processo administrativo. Controlar é averiguar se as atividades efetivas estão de acordo com as atividades que foram planejadas;

b)Para o acompanhamento, avaliação e controle dos serviços que serão prestados pela Contratada, as ferramentas que serão utilizadas são as dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde:

c)Cartão Nacional de Saúde

Sistema Informatizado de Base Nacional que possibilita a vinculação dos procedimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ao usuário, ao profissional que o realizou e também à unidade de saúde. “O sistema é constituído pelo Cartão do Usuário com um número único de identificação em âmbito nacional”; O cartão Nacional de Saúde será de uso obrigatório, e o acesso do usuário aos procedimentos só poderão ocorrer mediante registros dos dados do cartão que terá início no momento do cadastro. O Cartão Nacional de Saúde será disponibilizado pela secretaria municipal de saúde do município de origem do paciente e as informações contidas serão de responsabilidade do município;

d)Ficha de Programação Orçamentária – FPO

Sistema que permite provisionar os procedimentos que deverão ser realizados pela Contratante, constando o código e nome do procedimento bem como os valores unitários e quantitativos totais orçados. Esse instrumento permite a conferência dos procedimentos apresentados com a programação e autorização, além de verificar a veracidade destes, possibilitando um pagamento condizente com a real prestação de serviços. A contratada terá uma FPO específica, e de acordo com a necessidade da SESMG, que levará em conta a capacidade de execução da Contratada e a disponibilidade de recursos;

e)Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Sistema onde são armazenadas informações referentes a profissionais e estabelecimentos de saúde, que conforme a legislação configura-se um “Banco Nacional de Dados, comportando informações cadastrais atualizadas dos Estabelecimentos de Saúde no país,

base para a Programação, Regulação, Controle e Avaliação Assistencial”. Esta é uma informação oficial, de livre acesso, que possibilita o acompanhamento em todos os níveis de gestão e fundamental para o controle;

f)Para além das ferramentas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde a nível nacional, a SESMG adotará a supervisão in loco que irá monitorar o desempenho das etapas que irão ocorrer de forma itinerante;

g)Neste aspecto técnicos de Controle e Avaliação da SESMG, deverá ser emitido ao final de cada Etapa Itinerante, Relatório considerando o desempenho da Contratada, satisfação do usuário, relação com os gestores, execução das ações, devendo quando necessário intervir para garantir o bom andamento da Ação.

7. VISTORIA

7.1 A contratante efetuará vistoria nas unidades móveis e estrutura de atendimento das candidatas a credenciamento em até 5 dias da entrega de documentos e solicitação da vistoria.

7.2 A vistoria será efetuada por técnicos designados da VISA e somente será formalizada a contratação após a emissão de Alvará Sanitário.

8. COMUNICAÇÃO VISUAL

8.1. A comunicação visual dos veículos será desenvolvida após a vistoria à estrutura das empresas levando-se em consideração os tipos de unidades apresentadas.

8.2. O jaleco deverá ser branco contendo: no bolso a logomarca da empresa contratada, bordada ou impressa, em tamanho não superior ao 7X7cm; na manga direita deverá ter a logomarca do Governo do Estado de Minas Gerais, bordada ou impressa em cores no tamanho 7x7cm.

8.3. A bolsa porta óculos e os óculos deverão seguir o padrão abaixo com as logomarcas do Governo do Estado, SESMG, SUS, Ministério da Saúde e Governo Federal.

8.4. Os arquivos digitais com as logomarcas tanto para o jaleco quanto para bolsa e óculos escuro deverão ser solicitados pelo e-mail acs@saude.mg.gov.br após a formalização do contrato.

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

RAZÃO SOCIAL:

TIPO DE SERVIÇO:

ENDEREÇO:

TELEFONES:

No. INSCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE:

DOCUMENTOS :

1. Carta-proposta e dados do credenciado
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeiras em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
7. Prova de Regularidade para com o INSS;
8. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
9. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais).
10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
11. Comprovante de experiência através do Sistema Oficial do Ministério da Saúde, SIA/SIH/SUS, de realização de cirurgias oftalmológicas.
12. Prova de regularidade com o respectivo Conselho de Classe;
13. Atestados de Capacidade Técnica.
14. Comprovante de inscrição no CNES/MG.
15. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial.
16. Relação de Membros do Corpo Clínico;
17. Documentação dos Médicos:
 - a)Curriculum Vitae;
 - b)Cópia da Carteira de Identidade e CPF;

c)Certificados e Registro no Conselho de classe;

d)Cópia do Diploma; e

e)Título de especialista.

18. Declaração impressa em papel timbrado da Empresa que a Proponente não possuir em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, conforme modelo do Anexo IV;

19. Declaração de Idoneidade nos termos do inciso III do Art. 88 da Lei nº 8.666/93;

20. Declaração de conhecimento e concordância com as condições constantes no Termo de Credenciamento.

Com os Documentos e Dados Complementares em anexo, venho requerer o Credenciamento para a prestação de Serviços em saúde, e solicitar vistoria na unidade móvel para efeito de contratação, declarando conhecer e acatar as normas e instruções deste credenciamento

Representante Legal

CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxx

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREA MENOR

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

O interessado abaixo identificado DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho

Menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

IDENTIFICAÇÃO

Empresa: CNPJ:

Signatário: CPF:

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM NÃO

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013

(Nome Representante Legal)

CPF nº (especificar)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (RAZÃO SOCIAL), localizada (o) na (o) (ENDEREÇO COMPLETO) – (BAIRRO) – (CIDADE) – (ESTADO), devidamente inscrita(o) sob o CNPJ nº (ESPECIFICAR), com vistas ao credenciamento junto a SESMG para a prestação de serviços de saúde, declara, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que a referida empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

Belo Horizonte, ___ de _____ de 2013.

(Nome Representante Legal)

CPF nº (especificar)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

A (RAZÃO SOCIAL), (ENDEREÇO), devidamente inscrita sob o (CNPJ), com vistas ao credenciamento junto a SESMG para a prestação de Serviços Médicos de Oftalmologia, declara, conhecer e concordar com os valores e condições constantes no Termo de Credenciamento dos autos do Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXXXXX/2013.

Belo Horizonte, ___ de _____ de 2013.

Representante Legal

CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx

ANEXO VI – LISTA DO PROCEDIMENTOS A SEREM EXECUTADOS

Código	Nome do Procedimento
0404050372	FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLATE DE LENTE INTRA- OCULAR DOBRÁVEL
0405010010	CORRECAO CIRURGICA DE ENTROPIO E ECTROPIO
0405010028	CORRECAO CIRURGICA DE EPICANTO E TELECANTO
0405010079	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS
0405030177	VITREA POST C/INFUSÃO DE FER FEMOR CARBORNO /OLEO DE SILICONE ENDO LAYSER

0405010125	RECONSTITUICAO PARCIAL DE PALPEBRA COM TARSORRAFIA
0405020015	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)
0405020023	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)
0405050178	IRIDECTOMIA CIRURGIA
0405030070	RETINOPEXIA C/ INTROFLEXAO ESCLERAL
0405030134	VITRECTOMIA ANTERIOR
0405030142	VITRECTOMIA POSTERIOR
0405030193	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER
0405040105	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR
0405040202	TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL
0405040210	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR
0405050011	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA
0405050020	CAPSULOTOMIA A YAG LASER
0405050151	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO
0405050194	IRIDOTOMIA A LASER
0405050216	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL
0405050364	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO
0405050321	TRABECULECTOMIA,
0211060011	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)2X
0211060020	BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO
0211060127	MAPEAMENTO DE RETINA COM GRÁFICO
0211060259	TONOMETRIA
0205020020	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA
0205020089	ULTRA-SONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ORBITA (MONOCULAR)
0301010072	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

ANEXO VII – ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE COM GLAUCOMA

1. Preenchimento do médico oftalmologista responsável pelo atendimento

Nome do paciente:

Idade:

Data da consulta:

Acuidade Visual: OD: OE:

Hipótese diagnostica:

Conduta:

Encaminhado para a unidade básica de saúde

Orientado

Outros

Obs.: _____

1. Preenchimento pela Secretaria Municipal de Saúde de origem:

Encaminhado para o serviço de referência em oftalmologia pela SMSA

Nome do serviço:

Data do encaminhamento:

Obs.: _____

Assinatura do Médico